

2.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UM HISTÓRICO DE LEGITIMAÇÃO E LIBERDADE PARA MODALIDADE*

Saulo Guilherme Rosa Soares
Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba
(sauloguilherme2@hotmail.com)

Introdução

Ao buscarmos o conceito de legitimação no Dicionário Aurélio, encontraremos que sua base de origem permeia pela política-jurídica, designando o reconhecimento por instituições do poder e articulações discursivas que esse mesmo poder domina, ou seja, o significado da palavra é o ato pelo qual se torna legítimo algo, podendo ser fatos sociais, processos ou objetos. Disposto a discutir a História da **Educação** a Distância no Brasil, destacamos a importância de compreender como o próprio processo cronológico foi formado, como as legislações trabalharam para promover o reconhecimento e desenvolvimento da EaD.

Diante da proposta de escrita histórica educacional é necessário tomar como base alguns conceitos acerca da educação. Nesse sentido,

[...] somente os oprimidos podem libertar os seus opressores, libertando-se a si mesmos. Eles, enquanto classe opressora, não podem nem se libertar, nem libertar os outros. É, pois, essencial que os oprimidos levem a termo um combate que resolva a contradição em que estão presos, e a contradição não será resolvida senão pela aparição de um “homem novo”: nem o opressor, nem o oprimido, mas um homem em fase de libertação. Se a finalidade dos oprimidos é chegar a ser plenamente humanos, não a alcançarão contentando-se com inverter os termos da contradição, mudando somente os polos. (Freire, 1980, p.59).

Esta concepção de Freire está fundada no pressuposto de um modelo de educação libertadora, abordando um novo olhar sobre os homens, isto é, ver o estudante como parte essencial do processo de educar e destacando a necessidade de compreender e conhecer sua realidade social. Reconhecendo Freire como o patrono da educação nacional, busco em sua base teórica para iniciar esse texto que descreverá o movimento histórico de legitimação da EaD, como um processo de que podemos associá-lo a uma conquista de liberdade para o estudante. Outro fator de relevância para iniciar com Freire é que mesmo não tendo notoriedade para alguns especialistas da educação, principalmente para aqueles que compactuam com os valores não democráticos, o método de Paulo Freire possibilitou o novo olhar para educação nas fases de alfabetização, rompendo com modelos engessados e desbravando novas maneiras de promover de fato uma educação inclusiva.

Assim, como veremos adiante, o debate transpassa pela trajetória histórica da EaD, introduzindo os elementos políticos que configuram o seu cenário, dando sentido ao

* DOI - 10.29388/978-65-6070-029-1-0-f.36-50

contexto em que a própria História foi promovida, ou seja, o resgate historiográfico através de uma retrospectiva, entrelaçando os fatos para melhor compreensão dos mesmos e dando um novo horizonte para a narrativa.

A educação a distância é uma modalidade de ensino que foi ganhando adeptos e espaço no campo educacional, buscando romper os preconceitos fundada em uma visão de educacional tradicional, tida como o padrão de formação adequado no Brasil. O ensino a distância ganhou espaço e novos debates na sociedade, destacando-se principalmente no contexto atual, não só pela experiência traumática pandêmica que presenciamos no mundo pela Covid-19, que transformou o sistema de ensino tradicional em suas etapas iniciais em métodos e modelos de ensino emergencial camuflado de EaD, mas pela sua adaptação de compreensão as realidades do novo alunado e pela falta de acesso da sociedade brasileira aos meios tecnológicos que tornaram-se visíveis dentro deste contexto. Diante esse cenário o esboço educacional demonstrou o quanto necessitamos de melhores articulações para o desenvolvimento do ensino em suas diversas fases, principalmente para mantermos alunos inseridos dentro do espaço escolar.

Atualmente os nossos discentes buscam uma formação superior que consiga conciliar estudo e trabalho, sobrevivência e projeto de futuro ao mesmo tempo, sendo necessário conciliar suas múltiplas atividades e formação, sendo muitas das vezes impedidos de acessar o ensino superior presencial por não conseguirem estar presentes em dois locais diferentes ao mesmo tempo. A necessidade de trabalhar acaba os retirando do espaço educacional, promovendo uma evasão do ensino superior presencial devido à necessidade de estar fisicamente presente na escola.

Nesse sentido, se associarmos à perspectiva freiriana de liberdade, a EaD permite desenvolver a intelectualidade, refutando o tradicionalismo da sala de aula presencial. Por outro lado, quando associamos a EaD ao público de baixa renda, podemos ao invés de libertação promover a entrega de cursos aligeirados e massificados, o que traria o distanciamento da conquista da liberdade. Dessa forma, a EaD mantém-se dentro da perspectiva da sua lei norteadora, permitindo os vínculos com o mundo do trabalho e com a prática social.¹ Contudo, não cabe aqui tratar EaD como uma simples maneira de conquista de diploma ou facilitadora de formação devido uma pressuposta “*baixa qualidade de ensino aprendizagem*”, mas perceber seu papel de destaque no desenvolver educacional, permitindo considerável avanço no acesso ao ensino superior, o que ao longo do tempo a partir da flexibilização de espaço e tempo, promovendo formação de qualidade e integrada com os princípios educacionais apreçados na própria LDB de 1996 e demonstrada em seus textos orientadores.

Como já acentuado, sem se descuidar da necessária investigação e com o diálogo com as fontes, a discussão será realizada entre textos do autor Luiz Fernandes Dourado, um dos expoentes das políticas educacionais no Brasil, uso de documentos orientadores da modalidade EaD, Otaíza de Oliveira Romanelli notória na História da Educação brasileira e o historiador Boris Fausto, nome de relevância na historiografia brasileira e também como uma singela homenagem à sua pessoa, que infelizmente nos deixou nesse plano no primeiro semestre de 2023. Vale ressaltar que esse texto ganha vida durante a realização da disciplina Educação a Distância com orientação do Prof. Dr. Vicente Batista dos Santos Neto no

¹ Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 e Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017.

Educação a Distância: compreendendo o caminho histórico da educação brasileira.

A formação educacional como premissa das relações sociais é um tema abordado de forma recorrente nas discussões a respeito da educação e desenvolvimento do homem. Acredita-se que a formação, quando realizada de forma qualitativa, permite ao indivíduo destacar-se nos locais que ele se insere. Evidentemente que a construção dos saberes do processo de aprendizagem antecipa capacidades e habilidades adquiridas que vai além do saber lidar com as práticas cotidianas. Habilidades que passam a fazer e vão consolidando a confiança, a certeza, o equilíbrio, a coordenação, a direção e a determinação de como e para que fazer.

Sabemos que a educação passou por mudanças nas últimas décadas, tanto na segunda metade do século XX e nesse início do XXI, abordando novas técnicas, métodos, com o intuito de conseguir melhores índices no ensino-aprendizagem e elevar o nível do próprio ensino. O homem necessita de promover em si os saberes necessários para um desenvolvimento por completo, principalmente de instruções capazes para melhor escalamento profissional, permitindo o desfrutar e retorno financeiro mais distinto. Dentro dessa lógica a educação passa a ser um instrumento do capitalismo, fazendo da escolarização meio para não só aquisição de conhecimento, mas também para o sucesso econômico. Portanto, se torna necessário a busca por níveis mais elevados de educação e conhecimento, principalmente para aqueles que anseiam por uma qualificação profissional, não apenas uma certificação, mas um investimento que garanta de fato sua inserção no mercado.

Em parte, devido à pequena parcela de pessoas de nível superior na população, aqueles que obtêm um diploma de nível superior no Brasil podem esperar uma vantagem de renda notavelmente maior do que a média dos países da OCDE. Alguém com diploma de bacharel no Brasil ganha mais de 2,4 vezes o que alguém que obteve apenas o ensino médio (média OCDE: 1,5) e alguém com mestrado, doutorado ou equivalente ganha quase 4,5 vezes mais (média OCDE, 2,0). Estes prêmios de renda muito grandes são comuns em países latino-americanos, naqueles com dados disponíveis (Chile, Colômbia, Costa Rica and México) (OECD, 2017[20]). (OCDE, 2018, p. 88).

Refutar com esse modelo de ensino para o mercado seria o ideal, porém, o caminho ainda distante da realidade de igualdade educacional faz com que jovens busquem promover seu conhecimento e formação de maneira que ele possa usufruir também de suas distintas funções anteriormente ao processo final de formação, isto é, o alunado compartilha ao mesmo tempo de uma presença física no trabalho, sendo necessário para sobrevivência, e nos espaços de ensino superior. Diante tal cenário, o ensino superior com uma modalidade que trabalha com “o distante” e que atenda essa demanda torna-se uma via para formação e desenvolvimento do estudante.

Sabemos que o processo de ensino e aprendizagem não é uma tarefa fácil, mas necessário, afinal, como descrito por Paulo Freire, “a falta de democratização educacional

não promove de fato a libertação de ensino que buscamos como ideal”.² Mantemos o ensino em suas etapas diversas de maneira desarmônica com o que de fato deveria ser pregado, ensino igualitário a todos os cidadãos e não uma maneira de atingir o que busca o mercado, alunos não são peças de engrenagens ou cifrão da economia.

A educação é uma prática humana, os homens buscam nela sua própria profundidade e amplitude de existência, convertendo essa existência em uma educação mais vivenciada do que pensada, até por que o alunado não é cientista educacional, apenas vive ela como telespectadores. Desde modo, cabe aqui ressaltar a importância de novos debates e incentivo no campo educacional, nas esferas políticas e nas instituições de ensino, seja de nível superior ou de pós-graduação.

1.1 Movimento Histórico da Educação Nacional.

Ao iniciarmos uma incursão pelo campo da História da Educação Brasileira devemos em primeiro momento refazer o próprio tempo cronológico da formação estrutural do país, ressaltando os percursos entrelaçados com o campo intelectual, demonstrando evolução e rupturas marcantes não apenas no sistema educacional, mas também na formação social e cultural. Assim, compreendendo que aqui não seria um espaço para narrar apenas à historiográfica nacional, buscando de forma sintetizada apresentar etapas do caminho em um diálogo entre duas obras essenciais, sendo uma à base da História da Educação Brasileira, tendo à obra: História da Educação no Brasil, da escritora Otaíza de Oliveira Romanelli, que aborda a temática educacional através de uma olhar histórico e social que a própria educação está imersa e similarmente o livro História do Brasil, de Boris Fausto, que aborda em sua escrita uma maneira didática de apresentação dos fatos, desde os períodos que antecede a formação colonial até os vestígios da nova ordem mundial do século XX.

Para captar o desenrolar histórico devemos retornar de maneira imaginária no passado, fazendo uma retrospectiva dos fatos históricos, trazendo maior aproximação das frases de sua leitura ou análise. Conhecemos desde os primeiros anos escolares que nosso país antes nativo foi colonizado ou até mesmo “*descoberto*”, como os europeus pronunciaram. Com a chegada dos portugueses promoveu uma subtração dos espaços físicos e culturais, fazendo uma mudança no cotidiano do território. Nossa evolução educacional inicia-se neste contexto, tendo um predomínio para a minoria da elite presente e como justificativa para o projeto colonizador europeu.

As condições objetivas que, portanto, favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre a massa de agregados escravos. Apenas àqueles cabia o direito à educação e, mesmo assim, em números restritos, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos. Destarte, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada. (Romanelli, 2014, p.33).

² FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

O conhecimento filtrado para parte desta “elite” tornou nossas instituições de ensino e sociedade atrasada frente aos modelos já inseridos em campo europeu, algo contraditório, afinal, os colonizadores somente conquistaram o grande Atlântico após incentivo e desenvolvimento intelectual por escolas de formação “renascentista científica” (Fausto, 1997, p. 25), tendo considerável avanço nos campos científicos. As mentalidades renovadoras não foram perpetuadas em solo que viria a ser Brasil.

Mantenedores do sistema de “elite” no campo educacional e pela sociedade homogênea em termos culturais, distribuídos ao longo da costa e bacia dos Rios Paraná-Paraguai as autoridades colonizadoras necessitava de projeto de colônia (FAUSTO, 1997, p. 49). Como controle social e afastamento do politeísmo, desde modo, criou-se escolas de caráter religioso, claramente com uma única função, catequizar nativos e aumento de fiéis cristãos.

[...] por um apego a formação dogmáticas de pensamento, pela revalorização da Escolástica, como método e como filosofia, pela reafirmação da autoridade, quer da Igreja, quer dos antigos, enfim, pela prática de exercícios intelectuais com a finalidade de robustecer a memória e capacitar o raciocínio [...] aos jesuítas de então faltava o gosto pela ciência, sobrava-lhes, todavia, um entranhado amor às letras, cujo ensino era a maior preocupação [...] o ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressados, destinado a dar cultura geral básica, sem preocupação de qualificar para o trabalho. (Romanelli, 2014, p. 34).

Constatada uma educação desvinculada com a realidade, o letramento de catequese apenas assegurava a conversão da população indígena sem a preocupação com a formação científica (Romanelli, 2014). Cabe ressaltar que mesmo afastados da educação que pregamos hoje como necessária para aquele período, os jesuítas e suas ordens religiosas tiveram méritos, principalmente por serem os responsáveis pela proteção do indígena, afastando padres e colonos (Fausto, 1997, p. 49).

Contudo, no século XVIII, período marcante na historiografia devido ao surgimento de novos aparatos científicos filosóficos. No Brasil os rompimentos com a coroa portuguesa passam a ser pauta, promovendo um novo avanço no campo intelectual nacional. Como observado pelo Boris Fausto aqui parafraseado, nos berços da inconfidência ou no processo conjurado baiano, passando pela segunda década já do século XIX, com o movimento republicano pernambucano de 1817 os brasileiros presenciaram o triunfo do pensamento iluminista. No campo educacional o número de pessoas letradas aumenta, permitindo um avanço das nossas instituições de ensino, lembrando também que esse avanço era pauta dos próprios movimentos separatistas nacionais.

Com uma “nova preocupação” e um novo aparato político, social e econômico, o período joanino demarca a presença não somente da família real mais também de um novo olhar para a educação nacional.

A presença do príncipe regente, D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi, sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não teológicos) na Colônia [...] com D. João, no entanto, não apenas nascia o ensino superior, mas também se iniciava um processo de autonomia que iria culminar na independência política. (Romanelli, 2014, p. 38-39).

Com o processo de separação com a coroa e suas incertezas políticas, disputas entre partidos e a própria assembleia constituinte, tornou o país instável (Romanelli, 2014), porém, no campo educacional as instituições de ensino foram mantidas, tendo os letrados apenas uma nova função dentro do quadro político, uma vez que foram eles que passaram a ocupar os cargos de administração do Estado (Romanelli, 2014).

Durante o século XIX, o Brasil independente e monárquico buscou melhorias para educação e alfabetização do seu povo, não deixando de citar o Método Lancaster (ensino mútuo entre os próprios alunos, o par mais experiente ensinando o com menor experiência ou conhecimento) e criação do Colégio Pedro II que buscava de fato a melhoria no ensino secundário brasileiro (Fausto, 1997). Enfim, o sistema educacional brasileiro passa a ganhar força e constituição durante o regime imperial.

Com o ideal republicano, os movimentos educacionais avançam consideravelmente, desbravando um cenário de conquistas, retrocessos e modernização legislativa. Do modernismo de 1922 apresentados pela Semana de Arte Moderna ao surgimento da legislação educacional, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), instituída no ano de 1996 e formação do BNCC (Base Nacional Comum Curricular) o sistema educacional foi organizado, levando sua responsabilidade para União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nessa perspectiva de melhoria educacional pretendida pela república em suas diferentes etapas políticas, a modalidade educacional que rompe com o tradicionalismo da educação brasileira, ganhou espaço desde o avanço tecnológico do século anterior possuindo suas bases teóricas e conceituais entrelaçadas ainda com o modelo comum de ensino-aprendizagem. Portanto, seguiremos nesse desenrolar histórico, mas agora pautando não no avanço apenas das instituições mais dialogando como a Educação a Distância desbravou e foi desbravado juntamente com outros métodos de ensino³ inseridos na República.

1.2 História da EaD na República Brasileira.

As políticas públicas brasileiras para a EaD de modo específico a educação superior tem ampliado e oportunizado a todos uma educação de qualidade, devido os desafios e demandas do mundo contemporâneo o modelo desta modalidade busca ampliar as possibilidades da continuidade do ensino após conclusão do ensino médio. No Brasil a regulamentação da EaD em âmbito nacional ocorre com a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, contudo a sua utilização como metodologia de ensino em cursos não formais é bem anterior a isso. A Educação a Distância já possuía suas bases e histórico o que permitia sua consolidação no cenário educacional brasileiro e posteriormente a essa lei inicia-se um incentivo à implementação da modalidade.

Ao aprofundar no contexto histórico da EaD, retornamos no século XV, período da renascença. Segundo João Roberto M. Alves após surgimento da imprensa de Gutemberg tornou-se desnecessário ir aos espaços escolares, afinal, o ato de ler dos mestres já não mais fazia sentido (Alves, 2010, p. 1). Seguindo a trajetória histórica da EaD o autor afirma que durante a segunda metade do século XIX, com uma versão moderna encontra-se a presença de primeiras experiências de ensino à distância na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil

³ Nessa época a EaD ainda não era considerada uma modalidade de ensino, o que ocorreu apenas em 1996.

após virada dos séculos.

Na versão moderna, a Suécia registra a primeira experiência nesse campo de ensino em 1883. Em 1840 tem-se notícias da EAD na Inglaterra; na Alemanha foi implementado em 1856 e nos Estados Unidos, notou-se o ensino por correspondência em 1874. O início da EAD no Brasil data provavelmente de 1904. (Alves, 2010, p. 1)

A Educação a Distância no Brasil percorre por um cenário político tumultuado, marcado por uma manutenção de disputa pelo poder, revoltas sociais e dificuldades econômicas. Ao “nascer” da República dois grupos políticos disputavam o cargo de presidente, tendo os federalistas que buscavam autonomia para os estados, principalmente com predomínio dos cafeicultores paulistas com suas motivações republicanas e por outro lado os positivistas militares, sendo estes os primeiros a comandar o Brasil República (Fausto, 1997, p. 245). Com o cenário positivista articulado pela proclamação republicana em 1889, presenciemos uma difusão de mídia escrita e provavelmente por ela surgiram os primeiros anúncios de ensino por correspondência (CNE, 2014).

No governo de Rodrigues Alves (1902 – 1906)⁴, marcado pelo ideal de urbanização, modernização e saneamento básico, devido aos problemas sanitários enfrentados dentro da capital brasileira daquele período e pelo seu incentivo a valorização da cafeicultura através do Convênio de Taubaté (Fausto, 2014, p. 266). Porém, dentro deste governo também obtivemos a instalação das escolas internacionais, instituições de ensino privado que ofereciam cursos por correspondência (CNE, 2014). Demonstrando a preocupação governamental com o desenvolvimento do Estado nos campos sociais e econômicos.

Inexistem registros precisos acerca da criação da EAD no Brasil. Tem-se como marco histórico a implantação das "Escolas Internacionais" em 1904, representando organizações norte-americanas. Entretanto, o Jornal do Brasil, que iniciou suas atividades em 1891, registra na primeira edição da seção de classificados, anúncio oferecendo profissionalização por correspondência (datilógrafo), o que faz com que se afirme que já se buscavam alternativas para a melhoria da educação brasileira, e coloca dúvidas sobre o verdadeiro momento inicial da EAD. (Alves, 2010, p.2).

A partir dos registros e dos questionamentos de Alves(2010), mesmo não tendo certeza sobre o ponto inicial da EaD no Brasil, percebemos que a educação era de fato um problema e preocupação para os governantes da “velha república”, afinal, inseridos em uma nação de sociedade escravocrata, de educação ainda mantida pelos resquícios religiosos da colonização portuguesa e pelo atraso econômico era preciso criar meio para formar o cidadão, influencia-los pelo pensamento positivista e principalmente fortalecer o científico acadêmico.

Dentro desta perspectiva, durante os primeiros anos de República fica demarcado pelas reformas de Benjamin Constant, que regulamentava a Instrução Primária e Secundária, assim como a Aprovação do Conselho da Instrução Superior, a reforma Epiácio Pessoa, a reforma Rivadávia Correia, sendo essa a Lei Orgânica do ensino superior e do ensino fundamental, pautando em exames de admissão pelas próprias faculdades, a reforma Carlos Maximiliano que regulamenta o acesso às escolas superiores e a reforma Luís Alves/Rocha

⁴ 5º Presidente do Brasil.

Vaz que organiza o Departamento Nacional de Ensino (Romanelli, 2014 p. 42-46).

A educação como matéria de discussão permanece no campo político e ao chegarmos no governo varguista, encontraremos uma das principais ferramentas do Ensino a Distância, o sistema radiofônico.

A educação a distância começou, portanto, num momento bastante conturbado da educação brasileira. Devido à pouca importância que se atribuía à educação a distância e as muitas vezes alegadas dificuldades dos correios, pouco incentivo recebeu o ensino por correspondência por parte das autoridades educacionais e órgãos governamentais. Em 1923, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por um grupo liderado por Henrique Moirize e Roquete Pinto, iniciou-se a educação pelo rádio. A emissora foi doada ao Ministério da Educação e Saúde em 1936, e no ano seguinte foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Outra experiência surgida em São Paulo foi a do Instituto Rádio Técnico Monitor, fundado em 1939, com opção no ramo da eletrônica. (Alves, p.2).

O governo de Getúlio Vargas, ainda na sua fase provisória preocupava-se com o sistema educacional brasileiro, marcando significativo avanço no ensino secundário e superior. O modernismo da década anterior adentra ao campo educacional no getulismo, marcando o surgimento Escola Nova de 1932, tendo Fernando de Azevedo com seu principal relator e composição de intelectuais no surgimento do Ministério da Educação, tendo nomes como: Francisco Campos e Gustavo Capanema, homens de grande relevância para o cenário político nacional no século XX (Fausto, 1997, p. 336-338). Outro fator de importância nesse contexto e o fortalecimento do rádio, que como citado anteriormente passa a ser peça fundamental para o desenvolvimento do ensino à distância.

Com o golpe de 37 e a nova constituição instalada no mês de novembro do mesmo ano, promoveu a centralidade do Estado na figura do próprio Getúlio Vargas. O regime instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 pode ser considerado um marco de transformação na história brasileira. Vargas descreveu o Estado Novo como um regime que atendia o interesse da sociedade, portanto, um sistema democrático, mas sabemos que na prática foi um governo ditatorial. A ideologia nacionalista de Vargas restringia o individualismo do cidadão e tudo que se planejava era em benefício da nação, ou seja, a verdadeira intenção do novo sistema varguista era a manutenção da ordem e progresso da nação (Fausto, 1997, p. 364-376).

E preciso não esquecer que a nova constituição através do art. 122 assegurava direitos e garantias de liberdade, segurança e propriedade aos indivíduos em qualquer local do país, mas que poderia ser inválido, por exemplo, em situações de crime e que o réu teria sua privação de liberdade de ir e vir pelo território nacional. Também assegurava aos indivíduos a liberdade religiosa, escolha da profissão ou de gênero de trabalho, mas que deveria atender o bem público, liberdade de expressão desde que atendesse a manutenção da ordem e segurança pública, facultando à autoridade competente proibir e censurar as representações não favoráveis à moralidade pública e aos bons costumes ou mesmo ser tomadas providências para proteção do bem-estar da sociedade e segurança do Estado (Silva, 2008, p. 164-167). Retornando no papel do rádio no campo educacional, devemos observar que o intuito de “liberdade” pregado pelo regime centralizado de Getúlio, na verdade não funcionava nesse âmbito, afinal, o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda era intenso (Fausto, 1997, p. 368), mas dentro do contexto educacional o avanço fica evidente.

Em 1941 surge o Instituto Universal Brasileiro, objetivando a formação profissional de nível elementar e médio. A Igreja Adventista lançou, em 1943, programas radiofônicos através da Escola Rádio Postal de "A Voz da Profecia", com a finalidade de oferecer aos ouvintes os cursos bíblicos por correspondência. (Alves, 2020, p. 2, grifos do autor).

Com a abertura política nacional e início do populismo no ano de 46, o ensino à distância ganha reforço através do SENAC.

O SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - iniciou em 1946 suas atividades e desenvolveu, no Rio de Janeiro e São Paulo, a Universidade do Ar, que em 1950 já atingia 318 localidades e 80 alunos; [...] A Diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, criou em 1959 algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base, que foi um marco na EAD não formal no Brasil. Em 1962 foi fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, sendo atuante no campo da eletrônica. Possuía, em 1980, alunos no Brasil e em Portugal. (Alves, 2020, p. 2-3).

O populismo brasileiro pregou a necessidade de manutenção da economia industrial, do desenvolvimento de ideologias nacionalistas que pregavam a união das diferentes classes sociais sobre a tutela do Estado, tendo o líder muitas vezes sido confundido ou se fazendo confundir com o próprio estado e o antagonismo com aqueles que fossem contrários aos governos populistas. Dentre suas características, podemos destacar a utilização das massas para manutenção dos governos, criação de políticas trabalhistas e controle sindicais pelo poder público e prática "anti-imperialista", isto é, nacionalizar setores estratégicos da economia nacional (FAUSTO, 1997, P. 397-399). Durante o populismo a educação ganha novas diretrizes legislativas, no intuito de substituir a Reforma Capanema de 42. As novas leis para educação deste período buscavam garantir um desenvolvimento educacional juntamente com o avanço tecnológico daquele momento, podemos destacar, por exemplo, o avanço do sistema televisivo e de cursos oferecidos por essa tecnologia, outro fator educacional deste período e o surgimento do Manifesto dos Educadores que buscavam ampliar e melhorar o sistema de ensino no país (ROMANELLI, 2014, p. 56-61). Avanços que são obsoletos frente ao ato golpista de 64, rompendo com nossa democracia e progresso da nação.

Durante os anos de militarização do Brasil, a censura, tortura e perseguição aos intelectuais que compartilhava no pensamento marxistas foram perseguidos e excluídos da sociedade nacional, considerados os subversivos da nação. Marcado pela constante luta armada, colocando no cenário político nacional o embate entre esquerda x direita (Fausto, 1997, p. 478), o que demarcada também o posicionamento educacional das nossas instituições.

Ao retratar da educação deste período devemos retornar na Lei nº 5.692/71, decreta durante o Governo Médici. Essa lei norteadora da educação militar tinha como característica a modificação da estrutura de ensino do país, na qual o curso primário e o antigo ginásio se tornaram um só curso de 1º grau, o ensino como obrigatório e uma base comum curricular, que os municípios deveriam utilizar 20% do seu orçamento com a educação e traz a abordagem da Educação a Distância como um meio para o ensino superior.

Descrito por (Alves, 2010), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na década de 50 já utilizava do ensino por rádios e correspondências, já na década

de 70, precisamente no ano de 1973 um novo avanço nesse campo, utilizando como exemplo o ensino administrado pela Universidade de Wisconsin dos Estados Unidos (Alves, 2010) e também a formação de novas instituições.

Na área de educação pública, o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - iniciou suas atividades de EAD em 1967, utilizando a metodologia de ensino por correspondência. A Fundação Padre Landell de Moura criou, em 1967, seu núcleo de EAD, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio. A história da EAD no Brasil registra também que, nas décadas de 60 a 80, novas entidades foram criadas com fins de desenvolvimento da educação por correspondência, sendo que algumas já estão desativadas. Um levantamento feito com apoio do Ministério da Educação, em fins dos anos 70, apontava a existência de 31 estabelecimentos de ensino utilizando-se da metodologia de EAD, distribuídos em grande parte nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (Alves, 2010, p.3).

Outro fator de relevância deste momento e a institucionalização de cursos na modalidade à distância.

A despeito destas dinâmicas e práticas formativas na modalidade EaD, a institucionalização de cursos nessa modalidade, em nível superior no país, é recente. De acordo com Barreto e Santos, em 1972, por meio de proposta, o Conselheiro do Conselho Federal de Educação (CFE), Newton Sucupira, deu início a este processo quando, após visita à Open University, na Inglaterra, defendeu a criação de uma universidade aberta, pois, em seu entendimento, além de ampliar “as oportunidades de acesso à educação superior (...) é um processo de educação permanente, em nível universitário”. (BARRETO, 2001, p. 6, *apud* CNE, 2014, p. 4).

Portanto, com as normativas para a EaD, segundo citação de Alves (2010, p. 3), as instituições deveriam ter como objetivo os seguintes objetivos:

Levar o ensino às mais diferentes partes do país;
Fornecer conhecimentos específicos sobre determinadas matérias (profissionalizantes, de um modo geral);
Transmitir conhecimentos a pessoas que já exerciam uma profissão, mas careciam de embasamento teórico;
Orientar pessoas que pretendiam fazer exames especializados.

Tendo como consequência o proliferamente de instituições de ensino que abordaria a EaD como dinâmica de ensino:

- Associação Mens Sana, com cursos a partir de 1967;
- Centro de Ensino Técnico de Brasília, em 1968;
- Cursos Guanabara de Ensino Livre, em 1969;
- Instituto Cosmos, em 1970;
- Centro de Socialização, em 1972;
- Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, em 1973;
- Universidade de Brasília, em 1973;
- Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, em 1974;
- Universal Center, em 1974;
- Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1975;
- Cursos de Auxiliares de Clínica e de Cirurgia, em 1975;
- Instituto de Radiodifusão da Bahia, em 1975;
- Empresa Brasileira de Telecomunicações

- EMBRATEL, em 1976;
- Banco Itaú, em 1977;
- Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
- ABT, em 1980;
- Centro Educacional de Niterói, em 1980;
- Banco do Brasil, em 1981;
- Universidade Federal do Maranhão, em 1981;
- Colégio Anglo-Americano, em 1981;
- Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, em 1982;
- Escola de Administração Fazendária, em 1985;
- Projeto Rondon, em 1986. (Alves, 2020, p. 3-4).

A abertura política promovida no ano de 1985 e prosperidade da Nova República demarcava a possibilidade de uma democratização da educação brasileira. A constituição de 1988 e a LDB de 1996 trabalharam nessa busca, assim como as políticas sociais do Governo de Luís Inácio da Silva. Com o avanço das tecnologias de comunicação os documentos anteriores citados não vão refutar o ensino à distância, tendo maior abertura, formulação de novos decretos, debates e normativas para de fato tornar o ensino em modalidade.

Antes de permear pelo cenário educacional do novo contexto político, devemos observar que as transformações anteriores foram de fundamental importância para a elaboração dos documentos norteadores da Nova República, tanto para o setor político como o campo educacional. Boris Fausto indica um crescimento no sistema de ensino superior privado, redução em bolsas de ensino no mesmo nível de ensino, o que promoveu uma desigualdade de ensino no Brasil, em outras palavras, educação para poucos ou para os privilegiados econômicos. Desde modo o sentido educacional deveria, na prática, estabelecer uma igualdade de oportunidades, sem demarcação de diferenciação de classe (Fausto, 1997, p.544).

1.3. EaD e a Nova República.

A globalização da economia e as mudanças tecnológicas são marcas profundas dos anos finais do século XX e início do XXI, afinal, presenciamos transformações nas maneiras de diálogo e relações sociais com a imersão das redes de comunicação digitais, o homem passou a se ver frente ao capitalismo vitorioso e a busca constante por estar presente no “mundo do compartilhamento” de *status* e *stories*.

No Brasil esse período é marcado pela Abertura Política, o retorno da democracia que pronunciava dias melhores, diferentemente daqueles últimos 21 anos de militarização do Estado Nacional, assim, algumas características foram mantidas na transição. Os brasileiros que presenciaram a redemocratização passaram a usufruir novamente das liberdades sociais, na imprensa, no ato de manifestar politicamente, nas expressões artísticas, culturais e de opinião, principalmente com o avanço das mídias digitais. A promulgação da nova constituição e sua valorização a democracia e o respeito ao cidadão e busca pelo combate à inflação no final dos anos 80 e o sucesso no início dos anos 2000, após sucesso do plano real, aumentamos as relações internacionais, economicamente e politicamente, não apenas com os países vizinhos, mas também com europeus e asiáticos. Por fim, a configuração de políticas sociais (FAUSTO, 1997, p. 554-556) que amenizou o cenário de miséria do povo e elevaram a qualidade de vida do brasileiro e dentro deste contexto a educação foi uma das engrenagens do nosso desenvolvimento.

A Educação a Distância ganha respaldo legislativo com a promulgação da LDB de 1996, o que não desconfigura seus desafios, afinal, mesmo com todo aparato a questão entorno da qualidade da educação oferecida e os modos de oferta ou prestação de serviço ainda eram permanências a serem superadas pela modalidade.

No texto orientador para audiência pública sobre a EaD no ano de 2014, fica evidenciado como essa busca pela legitimação era importante para o consolidar da modalidade e realmente poder usufruir dos seus objetivos, elevar o ensino brasileiro dentro do ensino superior. Entre tais ações, devemos destacar a criação do Programa de Ensino a Distância da Universidade de Brasília, o Programa de Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e o Programa Universidade Aberta do Nordeste, sendo estes de responsabilidade da Fundação Demócrito Rocha, juntamente com as universidades e instituições de ensino superior, para ofertar ao aluno cursos de extensão universitária (CNE, 2014).

Após a abertura política e para expandir a educação superior, inclusive pela modalidade EaD, destaca-se a criação de um grupo de trabalho com a finalidade de “elaborar Política Nacional de Educação a Distância e formular proposta de curso à distância, por correspondência e técnicas correlatas” (Brasil, MEC, 1988). No ano seguinte, foi criado no Ministério da Educação (MEC) “um grupo de assessoramento para apresentar propostas que permitam o encaminhamento de ações que viabilizem a implantação da Educação a Distância (...)”. Tais políticas são marcadas pela descontinuidade (DOURADO e SANTOS, 2012), mas certamente propiciaram terreno fértil para a expansão da EaD no país. (CNE, 2014. p.5).

Com ações de abertura para a EaD e o avanço dos computadores nos anos 90, juntamente com novas metas para a modalidade, os cursos à distância ganham o auxílio dos CD-Rom e a internet (Alves, 2010), principalmente após o ano de 1996, ano relevante para educação brasileira.

Alterações importantes se efetivam nas políticas para a educação superior no Brasil, sobretudo, após a aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988 e, especialmente, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Tais dispositivos ratificam a educação como direito e na LDB temos a explicitação das bases para a educação superior e, no seu bojo, da EaD. É importante ressaltar que, nesse período, a educação superior é marcada por processos de diferenciação e de diversificação institucional. (CNE, 2014. p.5).

Nos anos finais do século XX, além do sucesso econômico obtido pelo plano real, o Brasil desenvolveu a nova legislação para a educação, tendo como pauta uma educação livre e abrangente a todos os cidadãos. Outro ponto notável da década de 90 é a primeira experiência de curso em nível superior na modalidade a distância no Brasil oferecido pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O curso de Pedagogia da UFMT tornou-se marca inicial da modalidade educacional em solo nacional (CNE, 2014).

No processo expansionista da EaD, os anos 2000, década da ascensão da esquerda no poder político presidencial, notamos o trabalho para consolidação e de fato legitimar e até mesmo promover a liberdade para o ensino em modalidade à distância no país. Destacando os Referenciais de qualidade de 2003, que buscou indicadores de qualidade, a criação de comissão assessora para EaD em 2003, o Decreto 5.622 de 2005 que regulamentou

o Art. 80 da LDB, o decreto 5.800 de 2006 que criou a Universidade Aberta do Brasil, entre outros.

Após a publicação de indicadores de qualidade pelo MEC, em 2000, uma comissão de especialistas oriundos das universidades públicas escreveu coletivamente o primeiro texto dos Referenciais de Qualidade (2003, revisto em 2007). Em 2004, a então Secretaria para a Educação a Distância (SEED/MEC) juntamente com a Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC) organizaram o Programa Pró- Licenciatura, convocando dezenas de especialistas de diferentes áreas e em Educação a Distância para analisarem projetos das licenciaturas em Letras, Matemática, História, Geografia, Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, entre outros, oriundos de instituições de ensino superior públicas, comunitárias e confessionais. No primeiro processo seletivo, em fevereiro de 2006, o MEC aprovou 55 projetos de cursos com 49 mil vagas a serem oferecidas em 22 estados (Resolução nº 34, de 9/8/2005/FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, DOU 11/8/2005). A iniciativa desdobrou se na criação e institucionalização da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Segundo o site da Capes, o Sistema "Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas." (CNE, 2014, p. 6).

Portanto, a EaD nos últimos 35 anos, desde a promulgação da constituição cidadã, ganhou aparatos regulatórios nacionais para legitimar e quebrar com os prejulgamentos estabelecidos em suas práticas iniciais. Feitas tais observações, devemos retornar nos preceitos da educação de modo geral, isto é, observar que o sistema educacional brasileiro ainda necessita de um olhar político, econômico e social para sua valorização e liberdade de ensino-aprendizagem em todos os níveis e modalidades de ensino, liberdade no aprender e no ensinar, para alunos e professores, afinal, como descrito no início em paráfrase de Freire, educação para conscientização, educação como arma para libertar a sociedade.

Educação no Brasil, ensino e ensinar para libertar.

O estudo histórico da educação brasileira não deve se limitar apenas em um olhar das práticas educativas ou pela sua filosofia de ensino. Também não se resume ao que está em suas leis norteadoras e decretos políticos. Mais do que possibilitar um conhecimento técnico teórico sobre a educação devemos aprofundar nos anseios do questionamento e buscar os laços que amarram o social, o político, econômico da educação, levando-nos a trata-la de maneira articulada com outros campos do contexto que está inserida.

Não seria pretencioso ao ponto de dizer a educação e sua historiografia necessita de uma formulação de manutenção de memória viva nos espaços de formação em licenciatura, não há necessidade de ser um estudo aos moldes de Le Goff, mas manter a História da Educação "viva" é facilitar a compreensão do seu atraso nos dias atuais.

Ao longo do texto, é notório que as políticas públicas brasileiras não apenas para EaD são estremecidas. Sobre a EaD de modo específico, a modalidade é a oportunidade de muitos jovens conseguirem de fato estar presentes em um curso em nível superior. Outro

ponto que fica evidente e o enfrentamento da modelo educativo à distância para sua legitimidade, afinal, desde sua formação e introdução no Brasil ela busca regulamentação para prática. Os diversos enfrentamentos obviamente são superados com a aprovação da Lei 9394/96 e posteriormente com os novos decretos, principalmente nos anos 2000, período esse que obtivemos expansão do ensino superior presencial e na modalidade EaD.

No caso, o Brasil tem enfrentado vários desafios no que se refere a EaD, entre eles pode-se colocar a questão da qualidade da educação oferecida, incluindo nesta à prestação de serviço, o acesso aos meios tecnológicos e a própria permanência do alunado na educação em seus diferentes níveis. Diante dos fatos não há dúvida de que o conceito de qualidade também sofre o impacto da regulamentação decorrente das políticas públicas educacionais e de mudas da sociedade que se reflete e se destaca nos meios de comunicação social e consequentemente a cultura acadêmica que representa um fator importante no entendimento a compreensão a respeito da qualidade da educação superior. É importante citar que o sistema educacional de avaliação superior tem responsabilidade e papel determinante de avaliar, analisar, supervisionar e medir os impactos da modalidade EaD quando se trata da qualidade de ensino oferecida e seus resultados.

Sabemos que o ensino a distância oferece e desenvolve habilidades e atitudes fundamentais para a formação profissional, tendo papel de destaque para o desenvolvimento do país, atendendo as expressividades e demandas do mercado de trabalho e a vida em constante transformação. A novidade é a mudança do mundo, mudança essa que atinge velocidades constantes. Aliás, tamanha velocidade que não conseguimos estar conectados com o “atual” da internet. Enfim, é importante ressaltar que a aceleração digital também favorece a EaD, trazendo novas possibilidades de desenvolvimento e aprofundamento do ensino e da aprendizagem, com competências e habilidades como administração do tempo, fluência digital, autonomia, presencialidade virtual, automotivação e utilização da comunicação tecnológica para analisar e superar obstáculos.

Referências:

ALVES, João Roberto Moreira. **Educação a Distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem**. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/INFO_RMACAO.PDF. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Planalto, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 10 jun. 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1997.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire/ Paulo Freire: [tradução de Kátia de Mello e Silva: revisão técnica de benedito Eliseu Cintra]. – 3. ed. – São Paulo: Moraes, 1980. P. 59.

OCDE. **Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil**. Paris, França: OCDE, 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)** / Otaíza de Oliveira Romanelli; prefácio do prof. Francisco Iglésias. 40. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Paulo Sérgio. **A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937**: um retrato com luz e sombra – São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
Texto Orientador para a audiência pública sobre Educação a Distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16558-texto-referencia-educacao-distancia-ead-pdf&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2023.